TCHÊ PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.

CNPJ: 03.633.516/0001-61

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Encerradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

TCHÊ PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA
Rua 132, 347, Setor Sul, CEP: 74.093-210
Fone: (62) 3089-0363

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores e Acionistas da
Tchê Produtos Agrícolas Ltda.
Formosa – Goiás

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis da Tchê Produtos Agrícolas Ltda. ('Empresa' ou 'Tchê Produtos Agrícolas'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tchê Produtos Agrícolas., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3, que detalha a reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esta reapresentação foi necessária devido à identificação de erros na classificação do saldo de acordos comerciais/equalização de preços e na ausência do reconhecimento do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre ativos e passivos monetários, conforme o CPC 12, tendo sido realizada em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para garantir que as demonstrações contábeis apresentem adequadamente a posição financeira da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 03 de março de 2026.

MOORE ALIANZO AUDITORIA S/S LTDA
CRC 1 GO 02371/O-2

Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4

Tchê Produtos Agrícolas Ltda
Balanço Patrimonial (BP)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

Ativo

	N.E	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	72.162.046	39.811.168	39.811.168
Contas a Receber de Clientes	6	135.140.679	122.693.951	123.682.831
Estoques	7	152.456.512	192.945.344	192.945.344
Adiantamentos	8	9.969.936	11.901.040	11.901.040
Despesas Antecipadas		472.872	651.244	651.244
Tributos a Recuperar	9	11.245.209	12.178.769	12.178.769
Créditos com Coligadas e Controladas	10	4.500.000	-	-
Total ativo circulante		**385.947.255**	**380.181.516**	**381.170.397**
Ativo não circulante				
Contas a Receber – Partes Relacionadas	6	3.360.227	6.168.563,28	6.168.563
Tributos Diferidos	11	4.188.380	2.258.204,00	2.258.204
Investimentos		604.364	572.261,13	572.261
Ativo de Direito de Uso – Arrendamentos	12	1.159.874	2.084.361,35	2.084.361
Imobilizado Líquido	13	8.096.990	3.474.677,86	3.474.678
Intangível	13	3.002	3.001,60	3.002
Total ativo não circulante		**17.412.836**	**14.561.069**	**14.561.069**
Total do ativo		**403.360.091**	**394.742.585**	**395.731.466**

Passivo e patrimônio líquido

	N.E	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Circulante				
Fornecedores	14	109.566.583	125.102.202	131.954.740
Operações em FIDC	15	40.830.602	3.533.852	-
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	16	4.708.944	2.986.129	2.986.129
Adiantamentos de Clientes	17	2.307.565	8.380.044	8.380.044
Outros Débitos a Pagar	18	2.912.618	2.278.338	2.278.338
Total passivo circulante		**160.326.311**	**142.280.564**	**145.599.251**
Passivo não circulante				
Tributos Diferidos	11	50.826	50.826	50.826
Total passivo não circulante		**50.826**	**50.826**	**50.826**
Patrimônio líquido	19			
Capital Social		23.909.690	23.909.690	23.909.690
Ajuste de Avaliação Patrimonial		100.227	100.227	100.227
Reservas de Incentivos Fiscais		211.919.673	211.919.673	211.919.673
Reservas de Lucros		7.053.356	16.481.597	14.151.792
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		8	8	8
Total Patrimônio Líquido		**242.982.954**	**252.411.195**	**250.081.390**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**403.360.091**	**394.742.585**	**395.731.466**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Tchê Produtos Agrícolas Ltda
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	N.E	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Receitas				
Receitas	20	343.841.436	326.196.645	326.196.645
= Receita Operacional Líquida		**343.841.436**	**326.196.645**	**326.196.645**
Custos				
Custo das Vendas/Serviços Prestados	21	(265.536.821)	(267.732.180)	(290.957.855)
= Lucro Bruto		**78.304.615**	**58.464.465**	**35.238.790**
Despesas / receitas operacionais	22			
Despesas Comerciais		(17.986.520)	(13.281.638)	(13.281.638)
Despesas Administrativas		(51.578.402)	(47.919.039)	(47.919.039)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		5.594.746	8.600.107	8.600.107
= Resultado operacional		**14.334.439**	**5.863.895**	**(17.361.781)**
Resultado de financiamento	23			
Receitas Financeiras		25.706.358	24.498.097	40.871.234
Despesas Financeiras		(17.324.724)	(13.962.069)	(9.439.336)
= Resultado Líquido de Financiamento		**8.381.634**	**10.536.028**	**31.431.898**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**22.716.073**	**16.399.923**	**14.070.118**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(7.458.334)	(4.720.638)	(4.720.638)
Resultado Líquido do Exercício		**15.257.739**	**11.679.285**	**9.349.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tchê Produtos Agrícolas Ltda
Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Resultado do exercício	**15.257.739**	**11.679.285**	**9.349.480**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**15.257.739**	**11.679.285**	**9.349.480**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Tchê Produtos Agrícolas Ltda
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	Capital Social	Reclassificações contábeis retroativas	Reserva de Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	Total Patrimônio Liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**21.119.690**	**100.227**	**162.234.874**	**56.037.794**	**1.500.008**	**240.992.593**
Resultado do exercício	-	-	-	11.679.285	-	11.679.285
Lucros Distribuídos	-	-	-	(3.070.000)	-	(3.070.000)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1.519.317	-	1.519.317
Constituição de Reserva – Inc. Fiscal	-	-	49.684.799	(49.684.799)	-	-
Integralização do Capital Social	2.790.000	-	-	-	(1.500.000)	1.290.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	**23.909.690**	**100.227**	**211.919.673**	**16.481.597**	**8**	**252.411.195**
Lucros Distribuídos	-	-	-	(24.685.980)	-	(24.685.980)
Resultado do exercício	-	-	-	15.257.739	-	15.257.739
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**23.909.690**	**100.227**	**211.919.673**	**(8.204.383)**	**8**	**242.982.954**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Tchê Produtos Agrícolas Ltda
Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	**15.257.739**	**11.679.285**	**9.349.479**
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações, líquidas	446.430	337.752	354.550
Depreciação do ativo de direito de uso	1.468.159	1.703.900	-
Ajuste a valor presente, líquido	(1.493.937)	2.329.806	-
Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.563.872)	3.295.106	3.295.106
Reversão da PECLD	4.026.070	(1.005.050)	-
Provisão do Valor Realizável Líquido de Estoques	250.990	(5.930.698)	928.239
Baixas de estoque	(31.142)	145.797	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.519.317	1.519.317
	18.360.438	**14.075.215**	**15.446.691**
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais de:			
Contas a Receber de Clientes	(13.414.991)	(30.170.038)	(32.444.664)
Estoques	40.268.984	136.930.304	131.145.403
Adiantamentos	1.931.104	(11.410.624)	(11.410.624)
Despesas Antecipadas	178.372	(303.376)	(303.376)
Tributos a Recuperar	933.560	(1.506.711)	(1.506.711)
Créditos com Coligadas e Controladas	(4.500.000)	-	-
Partes relacionadas	-	-	-
Contas a Receber – Partes Relacionadas	2.808.336	(5.905.606)	-
Tributos diferidos	(1.930.176)	263.093	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais de:			
Fornecedores	(15.535.619)	(45.043.272)	(38.190.734)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	1.722.815	839.818	839.818
Adiantamentos de Clientes	(6.072.479)	(6.810.483)	(6.810.483)
Outros Débitos a Pagar	634.280	(1.932.737)	(1.932.738)
Tributos Diferidos	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**7.024.186**	**34.950.367**	**39.385.891**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição Ativo de direito de uso	(1.469.868)	(45.274)	-
Baixa de contratos Ativo de direito de uso	926.196	7.105	-
Investimentos	(32.103)	(160.406)	(160.406)
Aquisição de imobilizado	(6.270.799)	(950.580)	(1.230.213)
Baixa de imobilizado	1.202.057	157.619	388.926
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**(5.644.517)**	**(991.535)**	**(1.001.693)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(24.685.980)	(3.070.000)	(3.750.000)
Operações em FIDC	37.296.750	3.533.852	
Redução de Empréstimos e financiamentos	-	(23.279.202)	(22.962.194)
Pagamento de Empréstimos – Partes Relacionadas	-	(24.940.000)	(24.940.000)
Aumento de capital social	-	1.290.000	(1.290.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**12.610.770**	**(46.465.350)**	**(52.262.194)**
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**32.350.878**	**1.568.697**	**1.568.697**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39.811.168	38.242.471	38.242.471
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	72.162.046	39.811.168	39.811.168
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**32.350.878**	**1.568.697**	**1.568.697**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional

A Tchê Produtos Agrícolas Ltda., empresa constituída como Sociedade Limitada, na data de 1º de fevereiro de 2.000, personalidade jurídica de direito privado. Tem sua sede e foro na cidade de Formosa, estado de Goiás, com sete filiais nesse estado, três filiais no estado de Minas Gerais e uma no Distrito Federal.

Constitui objeto social da Tchê Produtos Agrícolas Ltda. o comércio atacadista de defensivos agrícolas, sementes, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; comércio atacadista de alimentos para animais; comércio varejista de hortifrutigranjeiros, representação comercial por conta de terceiros, comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas; sendo a atividade principal o comércio atacadista de defensivos, sementes, adubos, fertilizantes e corretivos do solo.

A Empresa possui os principais fornecedores de defensivos agrícolas:
- Corteva Agriscience S.A.;
- UPL do Brasil Ind Com de Insumos Agropecuários S.A.;
- FMC Química do Brasil Ltda.;
- Koppert do Brasil Holding Ltda.
- Goplan S.A.
- Biolchim do Brasil Importação e Comércio Ltda.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis que são adotadas no Brasil, bem como os Pronunciamentos Contábeis, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) ou Normas Brasileiras de Contabilidade (“NBC”), estas também foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as alterações provenientes da Lei nº 11.638/07.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de grande porte, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Estoques (provisão de ajuste ao valor de provável realização) - nota explicativa 7;
b) Contas a receber (provisão de credores liquidação duvidosa) - nota explicativa 6;
c) De mudança de estimativa contábil do ativo imobilizado - nota explicativa 13;
d) Tributos Diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias
dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas possam ser utilizadas - Nota explicativa 11.
e) Ativo e Passivo de Arrendamento Mercantil – nota explicativa 12.
f) Ajuste a valor presente (CPC 12) sobre clientes e fornecedores – notas 6 e 14.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

2.5. Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão final pela Diretoria em 03 de março de 2026.

3. Reapresentação de saldos de exercícios anteriores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a classificação indevida do saldo de Acordos comerciais/equalização de preços e a

ausência do reconhecimento do Ajuste a Valor Presente (CPC 12) sobre ativos e passivos monetários, ambos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu à reapresentação retrospectiva das demonstrações contábeis comparativas.

Natureza do Ajuste

Dos ajustes propostos, a reclassificação de parte do resultado financeiro advém do entendimento de correção da apresentação do resultado do exercício, visto que o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 distorce diretamente os indicadores do resultado operacional da entidade. A reclassificação foi sugerida a partir das observações levantadas pelos auditores do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Ajustou-se também a mensuração de ativos e passivos monetários a serem liquidados em data futura, fazendo o reconhecimento do AVP em conta redutora sobre a carteira de recebíveis e do contas a pagar.

Por fim, reclassificou-se o saldo de recebíveis em operações de FIDIC apresentado como redutora de Clientes para conta específica de FIDC no passivo circulante.

Efeitos nas demonstrações contábeis

Balanço patrimonial: reconhecimento contábil, em conta redutora, dos saldos de ajuste a valor presente sobre contas a pagar e contas a receber, considerando a taxa SELIC para apresentar os saldos a valor presente em 31/12/2024. Com o devido ajuste, a posição patrimonial da empresa diminuiu no montante de R$ 4.522.733 em relação ao saldo anteriormente apresentado. Reclassificou-se o saldo de R$ 3.533.852 em operações de FIDC apresentado como conta redutora de Clientes para conta do passivo circulante.
Demonstração do resultado do exercício (DRE): reclassificação do valor de R$ 23.225.675 provenientes de acordos comerciais junto a fornecedores, originalmente apresentado como Resultado Financeiro e reapresentado no Resultado Operacional, especificamente como uma conta redutora dos custos das mercadorias vendidas.
Reconhecimento contábil, no resultado financeiro, do Ajuste a valor presente calculado para ativos e passivos monetários em 31/12/2024. O ajuste líquido ocasionou o aumento do resultado de 2024 no montante de R$2.329.806, visto que a rubrica de contas a pagar gerou uma receita maior que a despesa gerada pelo AVP sobre contas a receber.
Demonstração do resultado abrangente (DRA): conforme a alteração da DRE, o resultado aumentou em R$ 2.329.806;
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL): aumento da conta de reserva de lucros, conforme a alteração do resultado do exercício;
Demonstração dos fluxos de caixa (DFC): recálculo da DFC considerando os ajustes de AVP sobre contas patrimoniais e revisão sobre a natureza da apresentação dos saldos apresentados no cálculo anterior;

Notas explicativas: notas 6, 14, 20 e 22, (Clientes, Fornecedores, Custo e resultado financeiro, respectivamente).

A administração entende que, após a reapresentação, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.

4. Principais políticas contábeis

Dentre as principais políticas usufruídas pela Companhia na preparação das demonstrações contábeis, apresentamos abaixo um resumo executivo para a compreensão das práticas contábeis de maior relevância.

4.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, outras contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações, que são mensurados com base no custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a empresa somente tinha instrumentos financeiros básicos.

4.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título, considerados de liquidez imediata que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.1.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber está substancialmente representado pelos créditos a receber, e são provenientes das vendas de produtos agrícolas. A Empresa utiliza as diretrizes o tempo em que os títulos estão em aberto para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis.

4.1.3 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

4.1.4 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os juros transcorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

4.1.5 Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do investimento. A Empresa não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

4.2 Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas.

Sendo desta forma, registrados pelo custo ponderado em operações de aquisição de mercadorias e custo de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido quando este for menor que o custo.

4.3 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumuladas (impairment), quando aplicável.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas máximas permitidas pela legislação tributária. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas utilizadas para depreciação do Ativo Imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Equipamentos Eletrônicos	5 anos

4.4 Ativos e Passivos contingentes, contingências e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a estimativa das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Empresa.
As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem

avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

4.5 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

(a) Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

(i) Receita de venda de bens

As receitas de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando todos os riscos e os benefícios são transferidos ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a serem entregues no futuro, são considerados como redutores do ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a serem entregues no futuro são considerados como passivo.

(ii) Receita com Rebates

A Empresa mantém com alguns de seus fornecedores um programa de recebimento de bônus em função de metas de vendas quantitativas previamente estabelecidas e acordadas através do programa definido. Essas receitas são reconhecidas no momento do efetivo recebimento, após o cumprimento de todas as condições estabelecidas no programa dos fornecedores, pois não há possibilidade de antever valores para provisioná-los.

(b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Descontos obtidos;
- Receita de juros de aplicações financeiras;
- Juros ativos sobre contas a receber;
- Juros passivos;

- Descontos Concedidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.6 Impostos e contribuições sobre o Lucro

A Empresa é optante do regime de apuração pelo Lucro Real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(i) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.
Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Empresa a mudar o seu

julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

4.7 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e descontos concedidos a clientes.

4.9 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a incentivos fiscais estaduais de ICMS (Isenções, Diferimento e Redução de Base de Cálculo).

Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Especificamente para os incentivos fiscais de isenção, diferimento e redução da base de cálculo do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia baseou suas subvenções no acordão da decisão proferida pelo STJ no dia 26 de abril de 2023 sobre o tema 1182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS, onde definiu a impossibilidade de aplicar o Pacto federativo aos demais incentivos fiscais, mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL sem constituição de reserva. Houve também o reconhecimento que para os demais benefícios, como isenção e redução, podem ser excluídos da base do IRPJ/CSLL, desde que observado o art. 10 da LC 160/2017 e art. 30 da Lei 12.973/2014.

Considerando opiniões legais dos assessores jurídicos da Companhia, não houve efeitos em função da referida decisão do STJ nas demonstrações financeiras da

Companhia. A partir de 01 janeiro de 2024, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29 dezembro de 2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Em função da alteração da legislação, a Companhia passará a utilizar os benefícios fiscais de acordo com a nova Lei, o que irá resultar na alteração da alíquota efetiva, gerando um aumento no imposto corrente da Companhia em relação ao que vinha sendo registrado nos últimos exercícios.

4.10 Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos são avaliados conforme o IFRS 16 - CPC 06 (R2). Essa rubrica inclui os aluguéis de imóveis.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a Tchê Produtos Agrícolas Ltda., adotou o método de abordagem de efeito retrospectivo, os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos de efeitos retrospectivo, apresentados na nota 15.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos, conta movimento	21.000	1.130
Aplicação	72.141.046	39.810.038
Total	**72.162.046**	**39.811.168**

(i) Refere-se a recursos aplicados em instrumentos financeiros com compromisso de liquidez diária com resgates automáticos nas instituições financeiras Banco do Brasil, Santander e Sicredi.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

6 Contas a Receber de Clientes

a. Composição do saldo

Circulante:	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Contas a receber	155.242.770	137.872.749	137.872.749
(-) Recebíveis em operações de FIDC	-	-	(3.533.852)
(-) PECLD	(14.638.780)	(10.656.065)	(10.656.065)
(-) Ajuste a valor presente	(5.463.310)	(4.522.733)	-

Total	**135.140.679**	**122.693.951**	**123.682.831**
Não circulante:			
Contas a receber	3.360.227	6.168.563	6.168.563
Total	**3.360.227**	**6.168.563**	**6.168.563**

(i) As perdas estimadas no recebimento de clientes foram constituídas através de análise individual dos clientes com risco de inadimplência nas contas vencidas há mais de 120 dias;

(ii) O montante do contas a receber a vencer foi ajustado a valor presente considerando a data de apresentação, utilizando a taxa Selic acumulada de janeiro a dezembro de 2025, de 0,5% a.m.

b. Aging list do Contas a Receber

	2025	2024
b) Composição por idade de vencimento:		
A Vencer	131.672.239	137.872.749
Vencidos até 30 dias	968.032	1.128.734
Vencidos de 31 a 60 dias	500.226	2.459.849
Vencidos de 61 a 90 dias	811.352	-
Vencidos de 91 e 180 dias	6.696.185	7.203.891
Vencidos de 181 a 360 dias	5.957.814	6.408.781
Vencidos acima de 360 dias	8.636.922	120.444.969
Total	**155.242.769**	**137.872.749**

7 Estoques

	2025	2024
Defensivos agrícolas	94.076.617	116.385.187
Sementes	9.633.979	8.565.505
Fertilizantes	15.900.708	15.639.510
Acessórios e complementos agrícolas	843.700	636.528
Estoques em poder de terceiros	32.678.757	52.646.854
(-) Ajuste ao Valor Realizável Líquido (i)	(677.249)	(928.239)
Total	**152.456.512**	**192.945.344**

(i) Os estoques de produtos comercializáveis são valorizados pelo seu valor realizável líquido, com base nos preços contratados pelos clientes na data de apresentação.

(ii) A variação dos estoques é justificada pela mudança de estratégia da companhia em manter estoques mínimos necessários para as suas operações de revenda a partir dos estudos históricos de vendas em períodos passados.

Os Estoques não foram dados em garantia de passivos financeiros.

8 Adiantamentos ativos

Os adiantamentos a fornecedores se referem a antecipações para fornecedores relacionados às atividades da entidade.

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	8.087.819	9.674.782
Adiantamentos para entrega futura	1.802.829	2.159.396
Adiantamentos a funcionários	79.288	66.862

Total	**9.969.936**	**11.901.040**

9 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam saldos reconhecidos a partir do recálculo de subvenções fiscais não reconhecidas em períodos anteriores. Trata-se de benefícios a serem compensados no pagamento de tributos federais.

	2025	2024
Impostos federais a recuperar (i)	10.688.933	11.207.052
Impostos estaduais a recuperar (ii)	556.276	971.718
Total	**11.245.209**	**12.178.769**

10 Créditos com coligadas

Refere-se a títulos recebíveis advindos de uma cessão de caixa de uma empresa para outra, ambas sob controle comum, sem cobrança de juros e garantias de uma empresa para a outra.

	2025	2024
ABJ Produtos Agrícolas Ltda	4.500.000	-
Total	**4.500.000**	**-**

11 Tributos diferidos

A empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

Ativo fiscal diferido	2025	2024
IRPJ diferido	3.079.691	1.660.444
CSLL diferido	1.108.689	597.760
Total	**4.188.380**	**2.258.204**
Passivo fiscal diferido		
IRPJ diferido	(37.213)	(37.213)
CSLL diferido	(13.613)	(13.613)
Total	**(50.826)**	**(50.826)**

12 Ativo de direito de uso/passivo de arrendamento

	2025	2024
Prédios e edificações	1.294.792	548.727
Veículos	4.815.833	5.019.285
(-) Amortização do Direito de uso	(4.950.751)	(3.483.650)
Total	**1.159.874**	**2.084.361**

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	**2.084.361**
(+) Adições	1.450.215
(+/-) Ajustes	19.653
(-) Baixas de contratos	(1.033.309)
(-) Amortizações	(1.361.046)
Saldo final em 31 de dezembro 2025	**1.159.874**

13 Imobilizado e intangível

Composição do custo de aquisição	Taxa de Depreciação A.A	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Imóveis		1.967.380	82.662	-	-	2.050.042
Terrenos		852.309	-	-	-	852.309
Móveis e Utensílios		915.780	74.628	(5.483)	-	984.926
Computadores e periféricos		800.030	127.471	(52.293)	-	875.209
Máquinas e equipamentos		1.675.998	1.207.966	(673.377)	-	2.210.586
Equipamentos eletrônicos		232.214	34.162	(1.313)	-	265.063
Sistema de segurança		80.139	588	-	-	80.727
Benfeitorias em Imóveis de terceiros		106.799	4.420.446	(369.824)	-	4.157.421
Benfeitorias em andamento		-	322.876	(99.767)	-	223.109
Intangível		3.002	-	-	-	3.002
Custo Atribuído/Valor Justo Imobilizado		151.029	-	-	-	151.029
Total dos Custos de Aquisições e Custo Atribuído		**6.784.681**	**6.270.799**	**(1.202.057)**	**-**	**11.853.423**
Depreciação e amortização						
Imóveis	10%	(21.590)	(16.466)	-	-	(38.056)
Móveis e Utensílios	10%	(453.362)	(80.995)	281	-	(534.076)
Computadores e periféricos	20%	(493.394)	(94.983)	8.577	-	(579.800)
Máquinas e equipamentos	10%	(543.612)	(188.914)	6.606	-	(725.921)
Equipamentos eletrônicos	5 a 10%	(60.828)	(21.159)	125	-	(81.862)
Sistema de segurança	5 a 10%	(34.201)	(10.017)	-	-	(44.218)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	20 a 30%	(1.688.913)	(49.485)	-	-	(1.738.398)
Intangível	-	-	-	-	-	-
Custo Atribuído/Valor Justo Imobilizado	-	(11.101)	-	-	-	(11.101)
Total das depreciações e amortizações		**(3.307.002)**	**(462.019)**	**15.589**	**-**	**(3.753.431)**
Total Imobilizado e Intangível Líquido		**3.477.679**	**5.808.780**	**(1.186.468)**	**-**	**8.099.992**

14 Fornecedores

Refere-se a valores a pagar inteiramente à fornecedores de mercadorias para revenda e operações junto às empresas sob controle comum, ambas de curto prazo.

	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Mercadorias para revenda	115.378.773	131.954.740	131.954.740
Partes relacionadas	486.989	-	-
(-) Ajuste a valor presente	(6.299.179)	(6.852.538)	-
Total	**109.566.583**	**125.102.202**	**131.954.740**

Composição por idade de vencimento:	**2025**	**2024**
A Vencer	110.959.551	119.234.681
Vencidos até 30 dias	2.563.233	4.367.768
Vencidos de 31 a 60 dias	-	1.499.752
Vencidos de 61 a 90 dias	14.430	-
Vencidos acima de 90 dias	-	-
Total	**113.537.214**	**125.102.202**

15 Operações em FIDC

Em 2025, a Companhia cedeu direitos creditórios no montante de R$97.467.861 ao FIDC JBA FUNDOS E DIREITOS CREDITORIOS, recebendo à vista R$ 83.848.894 e retendo deságio de R$ 13.485.727 e R$ 133.240 de taxas de contrato. A operação foi registrada de acordo com o CPC 48, considerando a transferência substancial de riscos e benefícios.

	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Recebíveis em operações de FIDIC	40.830.602	3.533.852	-
Total	**40.830.602**	**3.533.852**	**-**

16 Obrigações trabalhistas e tributárias

	2025	2024
Provisão de férias	1.482.069	1.327.424
INSS a recolher	425.603	349.815
FGTS a recolher	155.798	117.845
ICMS a recolher	372.740	357.491
PIS/COFINS a recolher	234.490	262.779
CSLL a pagar	565.822	60.066
IRPJ a pagar	1.147.676	256.679
ISS a recolher	18.969	2.904
Impostos retidos a recolher	305.777	251.126

Total	**4.708.944**	**2.986.129**

17 Adiantamentos passivos

	2025	2024
Adiantamentos de clientes	2.030.237	3.153.832
Adiantamentos para entrega futura	101.201	5.097.948
Depósitos identificados	176.126	128.264
Total	**2.307.565**	**8.380.044**

18 Outros débitos a pagar

	2025	2024
Materiais de uso e consumo	1.665.587	11.607
Aluguéis a pagar (i)	1.243.919	2.263.517
Juros a pagar	3.112	3.214
Total	**2.912.618**	**2.278.338**

(i) O saldo inclui contratos de aluguéis de imóveis reconhecidos como Passivo de Arrendamento, conforme os critérios de mensuração e reconhecimento descrito no CPC 06 (R2) Arrendamentos.

19 Patrimônio Líquido

	Capital social (a)	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de incentivos fiscais (b)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Resultado do período	Patrimônio líquido	Participações diretas
Em 31 de dezembro de 2024	23.909.690	8	211.919.673	100.227	4.802.312	11.679.285	**252.411.195**	100,00%
Em 31 de dezembro de 2025	23.909.690	8	211.919.673	100.227	(10.534.188)	15.257.739	**242.982.954**	100,00%

a. Capital Social

O Capital Social da Empresa é de R$ 23.909.690,00 (vinte e três milhões, novecentos e nove mil, seiscentos e noventa reais) e está apresentado em 2.390.969 quotas de valor nominal R$ 10,00 (dez reais), totalmente integralizado conforme a seguir:

b. Reserva de Incentivos Fiscais

As reservas para incentivos fiscais são constituídas das subvenções para Investimento dos incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS concedidos pelo estado ou Distrito Federal, conforme art. 30 da Lei 12.973/2014.

Para fins de atendimento à legislação fiscal que determina a não distribuição do valor recebido aos acionistas, a parcela reconhecida limitada ao lucro do exercício foi transferida para a reserva de incentivos fiscais.

20 Reconhecimento da receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

A Receita Líquida está composta da seguinte forma:

	2025	2024
Receita com Vendas:		
Defensivos	238.629.353	241.294.925
Sementes	36.142.803	20.680.738
Fertilizantes	63.090.039	69.532.769
Complementos Agrícolas	8.168.938	4.711.593
Bonificações em Mercadorias	7.122.497	2.880.238
Serviços	2.860.503	1.047.486
	356.014.132	**340.147.749**
Imposto Sobre Vendas	(5.875.310)	(8.470.084)
Devolução de Vendas	(5.953.546)	(5.356.485)
Deduções das receitas com Serviços	(343.839)	(124.534)
	(12.172.696)	**(13.951.103)**
Receita Líquida	**343.841.436**	**326.196.645**

21 Custo das Mercadorias Vendidas

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados é composto pelos valores a seguir:

	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Defensivos	(200.631.559)	(226.770.257)	(226.770.257)
Sementes	(26.534.581)	(15.537.648)	(15.537.648)
Fertilizantes	(43.144.670)	(45.359.110)	(45.359.110)
Complementos Agrícolas	(5.656.806)	(3.290.840)	(3.290.840)
(-) Acordos comerciais/equalização de preços (i)	10.430.795	23.225.675	-
Total	**(265.536.821)**	**(267.732.180)**	**(290.957.855)**

(i) São créditos recebidos a partir de acordos comerciais junto aos fornecedores. A equalização de preços é negociada para diminuir os impactos da perda no valor recuperável das mercadorias para revenda mantidas em estoque. Tais saldos foram reconhecidos na rubrica de Resultado financeiro em 2024, objeto de reapresentação nas demonstrações contábeis deste exercício, a partir do entendimento de que este acordo comercial deve ser apresentado no resultado operacional sem impacto direto no custo médio dos produtos mantidos no estoque.

22 Despesas/receitas operacionais

	2025	2024
Despesa com pessoal	(29.141.398)	(25.362.285)
Despesas com Conservação e Manutenção	(616.707)	(561.490)
Despesas com Veículos	(7.343.049)	(6.012.154)
Despesas com Infraestrutura	(6.273.399)	(5.723.496)
Serviços De Terceiros	(1.170.183)	(1.061.383)
Depreciação E Amortização	(1.930.177)	(2.039.935)
Provisões E Perdas	(2.272.263)	(4.369.143)
Despesas Não Dedutíveis	(306.678)	(94.748)
Institucionais e Tributárias	(2.524.549)	(2.694.407)
	(51.578.402)	**(47.919.039)**
Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa	(6.517.440)	(5.553.537)
Fretes e Carretos	(4.799.608)	(1.940.727)
Bonificações emitidas	(4.316.329)	(3.211.258)
Serviços de Análise de Solo e Produtos	(1.007.863)	(451.598)
Feiras, Eventos e Dias De Campo	(607.155)	(404.011)
Confraternização e eventos	(282.003)	(641.999)
Seguros de Carga	(195.487)	(248.149)
Brindes e Promoção de Marketing	(172.104)	(124.105)
Publicidade e Propaganda	(49.843)	(82.650)
Serviços de Assistência	(27.179)	(11)
Cursos e palestras	(11.509)	(31.870)
Comissões sobre vendas e intermediações de negócios	-	(591.725)
	(17.986.520)	**(13.281.638)**
Receitas Eventuais	48.284	361.125
Reversão De Provisões e Créditos Baixados	4.026.070	1.005.050
Reversão de Avaliação de Estoque VRL	928.239	6.858.938
Resultado com Alienação de Bens	(1.243)	480
Receita com dividendos e conta participação	32.103	160.406
Créditos Tributários	561.293	214.109
	5.594.746	**8.600.107**

23 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	2025	2024 (Reapresentado)	2024
Variação Cambial Ativa	-	64.944	64.944
Rendimento de Aplicações Financeira	13.108.166	5.018.931	5.018.931
Descontos Obtidos	10.068.796	10.439.660	33.665.335
Juros Ativos	2.529.396	2.122.025	2.122.025
Ajuste a valor presente	-	6.852.538	-
Total	**25.706.358**	**24.498.097**	**40.871.234**
Despesas Financeiras			
Juros Passivos	(321.722)	(6.033.889)	(6.033.889)
Juros Operações FIDC	(13.485.727)	(1.730.169)	(1.730.169)
Descontos concedidos	(1.819.571)	(1.598.028)	(1.598.028)
Despesas Bancárias	(203.767)	(77.250)	(77.250)
Ajuste a valor presente	(1.493.937)	(4.522.733)	-
Total	**(17.324.724)**	**(13.962.069)**	**(9.439.336)**

Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Empresa está exposta entre outros a riscos de crédito, mercado e liquidez decorrentes de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, a possibilidade de oscilação de taxas de juros, realização de contas a receber de clientes, e oscilações dos preços dos produtos, que podem impactar os resultados operacionais e a condição financeira da Empresa.

Risco de crédito
As vendas seguem as políticas de crédito fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco).

Os saldos sujeitos ao risco de crédito estão registrados, basicamente, na rubrica de contas a receber.

Risco de taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade da empresa incorrer em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem a Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

24 Eventos subsequentes

Até a data de apresentação deste demonstrativo, a administração não tem conhecimento de algum evento que possa alterar significativamente a continuidade operacional da entidade.

****

JORGE ANTONIO ETCHEVERRIA:45116253015

Assinado de forma digital por JORGE ANTONIO ETCHEVERRIA:45116253015
Dados: 2026.03.03 16:09:24 -03'00'

Jorge Antônio Etcheverria
451.162.530-15
Diretor Financeiro

LORAINE WASEM:41503031004

Assinado de forma digital por LORAINE WASEM:41503031004
Dados: 2026.03.03 16:09:45 -03'00'

Loraine Wasem
Contadora
CRC RS-055059/O-8